

BOLETIM ECONÔMICO

do Coronavírus

FIEC | OBSERVATÓRIO
DA INDÚSTRIA

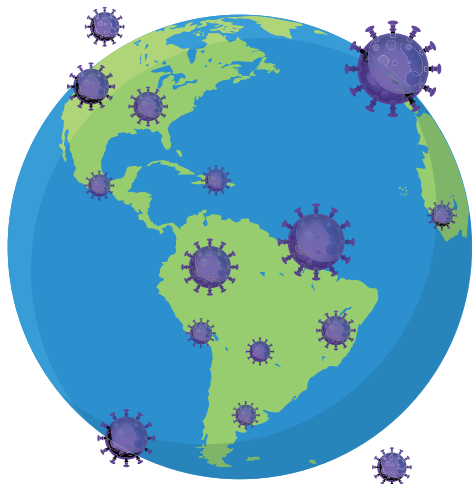
FIEC
Federação das Indústrias do Estado do Ceará
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

A Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou o surto de coronavírus como uma pandemia no dia 11 de março de 2020. Diante do crescimento alarmante de infectados em diversas regiões do mundo, os países têm se organizado para conter a disseminação do vírus, cuja recomendação mais eficiente inclui um amplo isolamento social, dentre outras políticas adicionais de prevenção e tratamento. Em meio a isso, a economia global tem sido prejudicada, uma vez que a produção, o emprego e o consumo foram arrefecidos. Os go-

vernos, por sua vez, vêm adotando medidas para aliviar os prejuízos financeiros dos empresários e trabalhadores nessa circunstância. Dessa forma, o Observatório da Indústria da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC) elaborou um Boletim Econômico do Coronavírus, cujo objetivo é informar as principais medidas adotadas no mundo - e principalmente, no Brasil - para mitigar a desaceleração econômica consequente da fundamental contenção da pandemia.

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 06/04/2020 a 14/04/2020

CORONAVÍRUS NO MUNDO



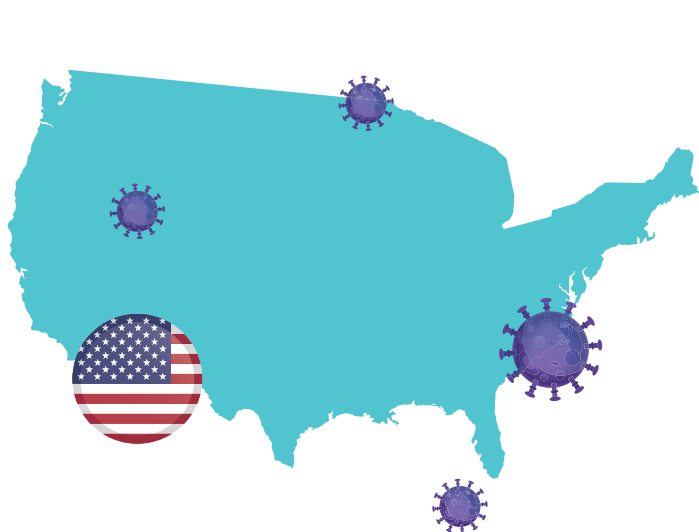
O Fundo Monetário Internacional (FMI) atualizou as previsões de crescimento para a economia mundial para 2020. Antes com uma estimativa de crescimento global de 3,3%, a previsão foi atualizada e revertida para um quadro de recessão geral de 3%. Segundo o FMI, é esperado que as economias avançadas decresçam 6,1% vis-à-vis 1% de recessão nas economias emergentes. Será a primeira vez

que haverá uma sincronia tão generalizada de crise entre vários grupos de países de desenvolvimento econômico distintos desde a 'Grande Depressão', em 1929.

Além disso, a Organização Mundial do Comércio (OMC) afirmou que a contração no comércio exterior para o ano de 2020 está estimada entre 13% e 32%. Tal intervalo amplo da previsão é oriundo de uma forte incerteza sobre a sincronização da retomada da produção e do próprio avanço da pandemia ao redor do mundo. A OMC sugere que o impacto deve ser mais significativo em produtos com cadeias globais mais complexas, principalmente produtos eletrônicos e automotivos. Mais agravante ainda é que a quantidade vendida e exportada de tais produtos também possuem, em geral, uma maior sensibilidade à perdas de renda dos indivíduos.

Mediante a continuidade e o avanço desse quadro geral, vários países continuam tentando mitigar os efeitos da pandemia, com medidas político-econômicas para atenuar o quadro recessivo, como será melhor observado a seguir:

CORONAVÍRUS NO MUNDO

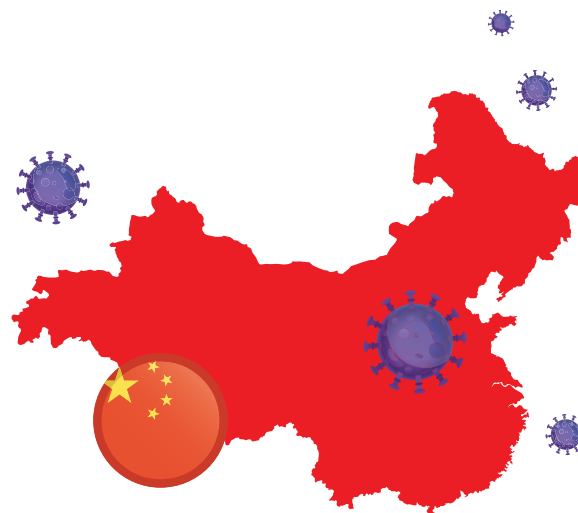


EUA

Um conjunto de oito ações compõem a chamada “Lei CARES” (*Coronavirus Aid, Relief and Economy Security Act*). São elas: i) descontos fiscais de indivíduos; ii) expansão dos benefícios de seguro-desemprego; iii) rede de segurança alimentar para os mais vulneráveis; iv) empréstimos e garantias coordenadas pelo Federal Reserve (FED, o banco central americano); v) empréstimos às pequenas empresas para manter seus trabalhadores; vi) manutenção dos hospitais; vii) transferências para governos estaduais e locais; e viii) assistência internacional. Conforme o Fundo Monetário Internacional (FMI), essas ações somam US\$ 2,3 trilhões, perfazendo em torno de 11% do PIB.

Além disso, duas Leis, a Primeira Lei de Resposta de Coronavírus de Famílias e a Lei da Apropriação Complementar e Resposta ao Coronavírus, ambas propostas ao Congresso em março, já estão em vigor. Elas somam 0,5% do PIB e consistem em gastos com testes do vírus, uma quinzena de licença médica remunerada prorrogáveis em até três meses para os infectados, expansão dos empréstimos da Administração de Pequenas Empresas e um fundo de auxílio internacional.

O Fed também expandiu algumas facilidades de suporte ao crédito usando o suporte da Lei CARES, tais como um fundo de financiamento para facilitar a emissão de papel-moeda, um mecanismo de liquidez de fundos mútuos para instituições depositárias comprarem ativos de fundos primários do mercado monetário, uma linha de crédito corporativo para compra de novos títulos e um órgão de de Facilidade de Liquidez Municipal para trocar notas de curto prazo do estado e dos governos locais.



CHINA

A China passa no momento por um declínio das medidas tomadas de contenção, já que a pandemia tem desacelerado no país. Ainda assim, no campo fiscal, já foram anunciados, entre medidas fiscais e planos de financiamento, um desembolso de RMB\$ 2,6 trilhões (aproximadamente 2,5% do PIB chinês). Deste valor, metade é referente a medidas já implementadas. Entre as principais, mencionam-se: aumento dos gastos com prevenção e controle de epidemias, de modo geral; apoio às empresas que operem produção maciça de equipamentos médicos; aumento do seguro-desemprego; e uma isenção de impostos e de contribuições para a previdência social.

O Banco Popular da China providenciou algumas medidas monetárias para dar suporte à liquidez no país. São elas: i) injeção de operações de mercado aberto; ii) expansão dos empréstimos e facilidades na taxa de redesconto para empresas fabricantes de equipamentos médicos e do setor agrícola; e cortes na taxa de juros para bancos de financiamento que beneficiam empresas pequenas.

Além disso, outras medidas já implementadas que seguem em continuidade perpassam um aumento do prazo para pagamento de empréstimos para pequenas empresas e famílias selecionadas, uma tolerância à inadimplência de pagamento de empréstimos por parte de empresas de setores afetados, além de um auxílio financeiro emergencial para empresas por emissão de títulos. Por fim, inclusive a flexibilização nas políticas habitacionais foi anunciado pelas autoridades.

CORONAVÍRUS NO MUNDO

COREIA DO SUL



A Coreia do Sul continua com a manutenção do estado de alerta, mesmo com uma lenta expansão do coronavírus. Algumas medidas anteriormente implementadas ainda estão em vigor. Entre as voltadas para famílias, estão: transferências às famílias em quarentena, seguro desemprego, cupons de consumo para famílias de baixa renda e um auxílio emergencial para famílias. Entre as voltadas para o setor empresarial, estão os empréstimos e garantias para manutenção da operacionalização, além de um apoio governamental para manutenção de pagamento de salários e aluguel para pequenos comerciantes.

Algumas políticas relacionadas à redução de alíquotas tributárias também foram tomadas, como: redução de impostos sobre consumo, redução de impostos para proprietários que reduziram o aluguel de inquilinos comerciais; redução do IVA (Imposto sobre Valor Agregado) para trabalhadores autônomos; e o adiamento do pagamento de impostos de autônomos em categorias selecionadas, como médicos e trabalhadores de setores como turismo e hospedagem.

Outras medidas fiscais foram anunciadas no valor de KRW\$ 13 trilhões, mas ainda não implementadas, como: transferências diretas às famílias de baixa e média renda, diferimento de contribuição para previdência social das empresas afetadas e um apoio ao consumo e ao investimento privado por meio de compras do governo. Por fim, houve um anúncio da isenção do imposto sobre consumo das empresas de risco.

O Banco da Coreia (BoK) também implementou algumas medidas para garantir a continuidade das condições financeiras de liquidez das empresas e famílias. Destacam-se: a redução da taxa básica de juros de 1,25% para 0,75%, a disponibilização de crédito por operações de mercado aberto e a compra de títulos do Tesouro Coreano (KRW\$ 1,5 trilhão). Além disso, o presidente coreano anunciou um plano de estabilização financeira que conta com empréstimos expandidos de bancos estatais para pequenas empresas e comerciantes, fundo de estabilização do mercado de títulos para compra de títulos corporativos e financiamento do mercado monetário de curto prazo via empréstimos para financiamento de ações. Este plano tem previsão de custos no montante de KRW\$ 100 trilhões, o equivalente a 5,3% do PIB coreano.



REINO UNIDO

As medidas fiscais implementadas pelo Reino Unido que continuam em vigor são: i) fundo adicional para o sistema nacional de saúde, serviços públicos e caridade (£\$ 5,7 bilhões); ii) suporte às empresas (£\$ 27 bilhões), incluindo redução de impostos sobre a propriedade; iii) fortalecimento da rede de seguridade social com apoio financeiro às pessoas vulneráveis por meio de um esquema de crédito universal e outros benefícios de renda (£\$ 7 bilhões).

CORONAVÍRUS NO MUNDO

Uma nova medida lançada pelo governo em parceria com o Banco Britânico de Negócios foi o *Esquema de Empréstimos de Interrupção de Grandes Negócios Coronavírus*, o qual visa apoiar empresas grandes afetadas. Além disso, também anunciaram o adiamento do Imposto sobre Valor Agregado do próximo trimestre e pagamento de 80% dos ganhos médios dos trabalhadores autônomos e em licença por um período de três meses. O governo britânico também disponibilizou £ 150 milhões ao Fundo de Confiança e Contenção de Catástrofes do FMI.

O Banco da Inglaterra reduziu a taxa bancária para 0,1%, expandiu a sua participação nos títulos públicos e corporativos não-financeiros em £\$ 200 bilhões e introduziu um

novo esquema de financiamento a prazo com incentivos de empréstimos às pequenas empresas do setor real. Em parceria com o Tesouro, foi lançado o *Plano de Facilidade de Financiamento Corporativo da Inglaterra*, o qual em conjunto com o *Esquema* acima mencionado, disponibiliza £\$ 330 bilhões de libras em empréstimos e garantias para as empresas. Também em parceria com outros bancos centrais - do Canadá, Japão, EUA, Suíça e outros da área do Euro - está realizando acordos de *swaps* de liquidez em dólares americanos. Já a Autoridade de Conduta Financeira introduziu um pacote de medidas temporárias para apoiar os clientes afetados pela pandemia, incluindo a dispensa de pagamento de empréstimos e de faturas de cartões de crédito às empresas clientes.



ITÁLIA

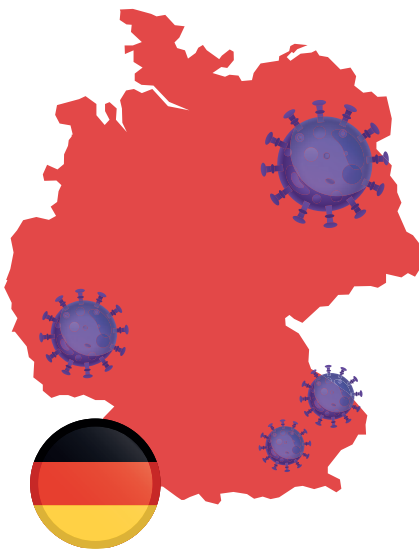
O governo já havia aprovado em março um pacote emergencial denominado como *"Cura Italia"*, o qual contava com €\$ 25 bilhões, incluindo fundos de fortalecimento do sistema de saúde, medidas de incentivo à preservação do emprego, auxílio de renda aos trabalhadores demitidos ou autônomos, diferimento de impostos para empresas pequenas, adiamento de pagamento de contas públicas nos municípios mais afetados e expansão do crédito. Já na semana passada, houve o Decreto de Liquidez, o qual estabeleceu garantias estatais de até €\$ 400 bilhões. A intenção é liberar mais liquidez às famílias e empresas.

O Banco Central Europeu (BCE) concedeu dois apoios aos países da área do Euro: compra de ativos de €\$ 120 bilhões até o fim de 2020 e a realização de leilões adicionais do mecanismo de liquidez temporária com taxa fixa entre junho de 2020 e junho de 2021. Além disso, um programa adicional de compra de títulos do setor público e privado foi implementado (*Pandemic Emergency Purchase Program - PEPP*). A supervisão bancária do BCE, responsável pelas medidas macroprudenciais que regulam o endividamento do sistema bancário, flexibilizou o nível requerido de conservação de capital e taxa de cobertura de liquidez. Nesse sentido, o BCE está adotando uma medida anticíclica para combater a escassez de liquidez em curso.

O Banco da Itália, em consonância com a política anticíclica do BCE, também ajustou suas medidas macroprudenciais para possibilitar a operacionalização dos bancos comerciais abaixo dos requisitos de capital e liquidez, bem como adiou as inspeções financeiras destes.

As principais ações do pacote *Cura Italia* e no Decreto de Liquidez perpassam por moratória sobre o pagamento de empréstimos de famílias selecionadas e empresas pequenas, garantias sobre empréstimos para todas as firmas e garantia de empréstimo dos bancos de desenvolvimento aos demais bancos comerciais. Assim, cria-se um ambiente de recuperação de confiança na liquidez e garantia de uma mínima estabilidade de expectativas dos agentes.

CORONAVÍRUS NO MUNDO



ALEMANHA

A Alemanha, além de utilizar as reservas acumuladas, também adotou um orçamento suplementar de €\$ 156 bilhões, segundo o FMI. Estes gastos se referem a: i) investimentos em hospitais, bem como Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) na busca por vacina; ii) subsídios para manutenção do emprego e da renda dos trabalhadores; e iii) auxílio de renda emergencial para pequenas empresas e trabalhadores autônomos. O país criou recentemente o Fundo de Estabilização Econômica e um banco público de desenvolvimento (KfW) para aumentar o acesso a empréstimos.

As autoridades também estenderam o relaxamento das medidas macroprudenciais do BCE aos bancos alemães, permitindo uma maior supervisão doméstica da saúde financeira dos bancos em seu aporte de liquidez e nas operações de crédito. Isto possibilitou algumas medidas como uma liberação do *buffer* de capital anticíclico para bancos comerciais, além de um refinanciamento de empréstimos de curto prazo pelo KfW. As demais medidas monetárias e financeiras realizadas pelo BCE mencionadas anteriormente no caso da Itália são as mesmas incidentes sobre a Alemanha, pois o BCE é um banco central em comum dos países da zona do Euro.



ESPAÑA

A Espanha também fez um plano de contingenciamento com orçamento suplementar, no caso, no valor de €\$ 13,9 bilhões. Nele, destacam-se: o fundo de contingenciamento para o Ministério da Saúde; as transferências de serviços de saúde especificamente para regiões mais afetadas; o financiamento adicional de P&D para pesquisas sobre medicamentos e vacinas do coronavírus; os subsídios aos trabalhadores demitidos por conta da pandemia; uma licença-remunerada aos trabalhadores infectados ou em estado de quarentena; além dos fundos orçamentários adicionais de prestação de assistência a dependentes e transferências às famílias de crianças vulneráveis afetadas pelo fechamento de escolas.

Algumas medidas fiscais adicionais incluem isenções de contribuição social por empresas impactadas que mantêm o mesmo nível de emprego, os diferimento do pagamento de impostos para pequenas e médias empresas e trabalhadores autônomos por seis meses, uma isenção de 50% das contribuições previdenciárias do empregador até junho de 2020 e, por fim, uma flexibilidade para permitir transferências entre linhas orçamentárias dos governos locais.

O governo da Espanha concedeu empréstimos governamentais para empresas e trabalhadores autônomos na faixa de €\$ 100 bilhões, além de €\$ 2 bilhões de garantias públicas para exportadores através da Companhia Espanhola de Crédito à Exportação para Seguros e a prorrogação do vencimento de empréstimos aos agricultores. Espera-se

CORONAVÍRUS NO MUNDO

que essas garantias alavanquem até €\$ 83 bilhões em liquidez para empresas privadas. Ademais, entre as medidas de financiamento, também foram implementadas a uma linha de crédito especial e adicionais para o setor do turismo do Instituto de Crédito Oficial (€\$ 10 bilhões) e a

moratória de três meses do pagamento de hipotecas de pessoas vulneráveis. As demais medidas monetárias e financeiras realizadas pelo BCE mencionadas anteriormente no caso da Itália também são aqui aplicadas.

CORONAVÍRUS NO BRASIL



Segundo o Boletim Focus divulgado pelo Banco Central do Brasil (BCB) divulgado no dia 13/4, a previsão de queda do PIB brasileiro continuou sua revisão em trajetória de queda, atingindo um patamar de contração de -1,96% frente a -1,18% da semana anterior. Uma variável a apresentar uma redução ainda mais significativa foi a expectativa do resultado primário do setor público. Esta saiu de um déficit de 1,65% para cerca de 4,14% do PIB. Tal revisão relaciona-se com a aprovação quase unânime na Câmara dos Deputados (e atualmente em tramitação no Senado) do 'orçamento de guerra' e da expectativa de que as medidas de contenção da renda, do emprego e da própria pandemia ainda se intensifiquem nos próximos meses.

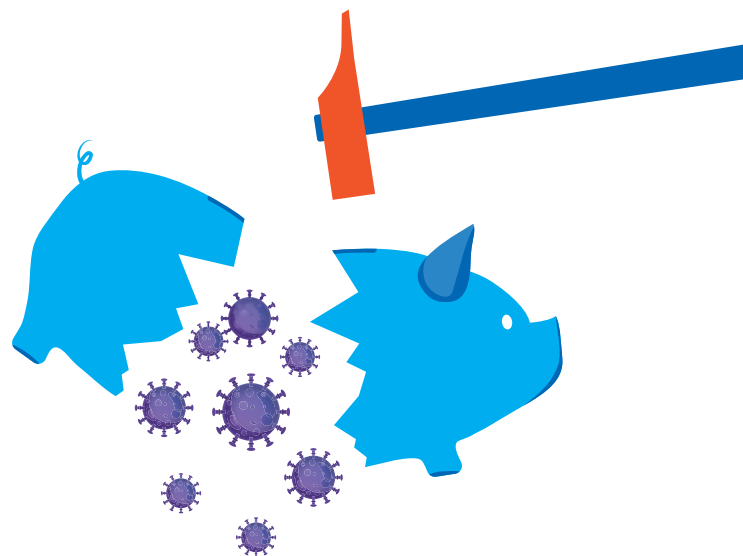
O Banco Mundial atualizou, nesse domingo (12), a previsão de queda do PIB para a América Latina e o Caribe em um relatório divulgado sobre os impactos econômicos do Coronavírus para a região. A previsão dada pelo órgão in-

ternacional para o Brasil é de queda do PIB na ordem de 5% para 2020. Esse valor é influenciado pelo que o relatório chama de 'três choques' à economia brasileira. Entre eles: i) a menor demanda externa por produtos exportados; ii) a queda do preço do petróleo oriunda da disputa entre Rússia e Arábia Saudita; e iii) os próprios problemas econômicos internos relacionados à contenção da pandemia. O relatório afirma que tais choques reduzirão o consumo interno e o investimento agregado, reduzindo a produtividade do trabalho e aumentando o desemprego total da economia. A entidade ainda afirma que a expectativa de crescimento do PIB para os próximos dois anos é de 1,5% e 2,3%, um crescimento considerado de caráter limitado para contenção da elevação da pobreza esperada. Por sua vez, como pontos de resiliência, o Banco Mundial destaca a forte capitalização dos bancos nacionais e o destacado aporte de reservas internacionais.

O governo estimou que, em decorrência da crise, cerca de 3,2 milhões de pessoas serão desvinculados de seus postos de trabalho apesar das políticas de mitigação fiscais e monetárias recentemente anunciadas. Supondo o mesmo perfil da população economicamente ativa, estima-se que a taxa de desemprego se elevaria em cerca de 3 pontos percentuais. O Ministério da Economia ainda delimita que, caso nada fosse feito ou anunciado, esse número saltaria para cerca de 11 milhões de novos desempregados, quase que dobrando a taxa de 11,6% de desemprego de fevereiro de 2020. Segundo o Bradesco, a expectativa é de que, a curto prazo, os setores mais afetados serão comércio, turismo, serviços e transportes. A médio prazo, áreas da indústria mais diretamente vinculadas à intensidade da demanda, como Construção Civil, também podem ser mais prejudicadas.

CORONAVÍRUS NO BRASIL

Os portos brasileiros foram um segmento logístico a também apresentarem forte retração no número de importações e contêineres. Essa forte queda associa-se com uma forte variação cambial do último mês, uma retração da demanda, do aumento da incerteza das rotas comerciais e das próprias políticas de isolamento e parcial redução da produção já iniciadas há mais de um mês na China e na Europa. Segundo a Brasil Terminal Portuário (BTP), estima-se que 40% do volume de importações da Europa se contraia.



MEDIDAS ADOTADAS NO BRASIL

O STF, na figura do Ministro Ricardo Lewandowski, a pedido da AGU, esclareceu tratar-se como constitucional a negociação individual instituída na Medida Provisória 936/2020 para o corte de salários e jornadas de trabalho. O esclarecimento do despacho do Ministro esclarece a execução da MP como já imediata para validade ao mercado de trabalho durante o período da pandemia, apesar de não impedir que os sindicatos e demais instituições associativas tomem a frente dessas negociações. Segundo a AGU, se houver negociação coletiva posterior ao acordado com o empregado individualmente, este pode igualmente aderir.

Na terça-feira, 7, o Governo promulgou a MP 946/2020, a qual permite saques de valor até R\$ 1.045 relativos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) a partir de 15 de junho. A MP também extingue o Fundo PIS/PASEP, transferindo o dinheiro do fundo garantindo mais liquidez ao FGTS, o qual tem sido recorrentemente utilizado nos últimos anos para fortalecimento de consumo e quitação de dívidas.

Como relatado na primeira edição do 'Boletim Econômico do Coronavírus', uma das principais preocupações concernentes ao crédito relacionava-se ao aumento do spread bancário. De fato, em pesquisa divulgada no dia 10, o SEBRAE apontou que os bancos estariam negando crédito a pequenos negócios. Apesar do Governo já ter anunciado cerca de 7,8% do PIB em pacotes para contenção do Coronavírus (entre novos fluxos e antecipações), as preocupações de fato cercam-se sobre os

movimentos de crédito. Há dúvida para se tais operações financeiras realmente chegarão às empresas e se as linhas de crédito criadas agirão na agilidade ou no montante necessários.

Para aumentar os incentivos à liberação do crédito, o Executivo anunciou que os bancos que participarem do programa de empréstimos para pagamento em folha às empresas poderão abater o valor dos empréstimos nas reservas compulsórias. A medida passa a ter valor já no dia 20 de abril. Além disso, o Conselho Monetário Nacional reduziu o requerimento de capital de crédito destinadas a pequenas e médias empresas, já que estas possuem fontes de receita menos diversificadas e reservas de liquidez, além de maior dependência de recursos bancários. A medida tem potencial de liberação de até R\$ 3,2 bilhões. Além disso, cerca de 22 estados da União também anunciaram medidas de alívio fiscal às empresas extra-crédito, como principalmente o adiamento do ICMS, já prevendo uma dificuldade adicional na agilidade dessa distribuição de crédito. Há preocupação, entretanto, sobre se a falta de coordenação entre estados e União não gere uma falta de coesão e pior eficiência das medidas.

Sobre a liberação dos recursos da União para os estados, o Governo Federal negocia com o Congresso o denominado 'Plano Mansueto', o qual condiciona a ajuda de cerca de R\$ 88 bilhões do Executivo aos diferentes governadores à aprovação de medidas estruturais de ajuste fiscal de estados e municípios. Desse valor anunciado, apenas 30% dele está assegurado - na

CORONAVÍRUS NO BRASIL

recomposição dos fundos de participação de estados e municípios e em transferências adicionais (Fundo Nacional de Saúde e Sistema Único de Assistência Social). Os R\$ 62 bilhões restantes - os quais consistem majoritariamente no adiamento de dívidas para com a União e obrigações adicionais de bancos públicos - estão vinculados à aprovação do projeto. Há preocupações sobre a forma desse repasse também ser feita em forma de dívida, já que o maior montante seria destinado aos estados que já estão mais endividados.

A partir de negociação liderada entre o Ministério da Economia e o Presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), o maior entrave concentra-se na possibilidade de congelamento dos salários do funcionalismo público por até dois anos juntamente com a fórmula e duração de repasse referente às perdas associadas ao ICMS e ao ISS. Analiticamente, o Governo não quer permitir mecanismos que prossigam os incentivos para além da pandemia e o exercício fiscal seguinte. Apesar disso, a expectativa de déficit para 2021 já é de R\$ 150 bilhões, o dobro do estimado anteriormente.

No início do mês, para aprovação da Renda Básica outorgada pelo Executivo, o impacto estimado de R\$98 bilhões leva em conta principalmente pessoas já cadastradas no CadÚnico com um limite de até 3 salários mínimos ao mês. Entram também indivíduos MEI e os trabalhadores por conta própria contribuintes da Previdência Social. Segundo o blog do IBRE, os recursos liberados pelo governo no auxílio emergencial às famílias (seja com vínculos ativos formais, informais e autônomos) é da ordem de R\$ 100 bilhões, mais do que compensando a queda na massa salarial esperada para o segundo trimestre do ano, no valor de 27,8 bilhões. Entretanto, para o benefício incorporar os informais que não contribuem para a Previdência e nem estão cadastrados no CadÚnico (o que é estimado em até 30 milhões de pessoas), é necessário uma rápida operacionalização ainda de metodologia incerta, possivelmente passível de fraudes e de capacidade de operacionalização incerta



Diante disso, também cogita-se caminho sobre o que fazer para quando a retomada da economia se reativar. É vívida na memória popular a reação brasileira à crise do subprime de 2008/2009 fortemente baseada em desonerações e movimentos de aquecimento da demanda. Nessa nova crise, a reação tem sido discreta quanto à primeira, sendo responsável por apenas 2,18% do aporte de programas emergenciais apresentado. Entretanto, diferentemente da crise anterior, a própria política de distanciamento social sugere que os incentivos ao consumo são incertos e imprevisíveis em um cenário de considerável incerteza quanto à saúde e à renda futuras, além da dívida pública.

É quase consenso entre economistas que a resposta deverá ser subjacente a: i) um processo criativo; ii) de constante fiscalização da eficiência das medidas adotadas; iii) sob uso intensivo de serviços públicos integrados; iv) canalizadora de canais transparentes de rápida reação institucional de calibragem fiscal e monetária. O momento surge como particularmente desafiador nas diversas esferas e em um caráter global e integrado como nunca antes.

REAÇÕES DE POLÍTICA FISCAL NA CRISE COVID-19

Países	Programas Governamentais <i>em % do PIB</i>	Crédito <i>em % do PIB</i>
EUA	5,4	4,1
Alemanha ¹	6	29,7
Reino Unido ²	2,3	15
Itália	1,1	20
Espanha	2	16,8
Coreia do Sul	0,8	5,3
China	2,5	Indisponível
Brasil ³	5,7	2,1

Fonte: Observatório de Política Fiscal - IBRE/ FGV e FMI

¹ Não inclui as postergações de imposto

² Não inclui os benefícios de reposição de renda

³ As operações de crédito incluem os financiamentos à Estados e municípios

FONTES

<https://www.congress.gov/bill/116th-congress/senate-bill/3548/text>

<https://www.congress.gov/116/bills/hr6074/BILLS-116hr6074enr.pdf>

<https://www.congress.gov/bill/116th-congress/house-bill/6201>

<https://www.imf.org/en/Topics/imf-and-covid19/Policy-Responses-to-COVID-19>

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/04/governo-ja-preve-disparada-do-rombo-fiscal-tambem-em-2021.shtml>

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/04/13/canal-de-saida-da-crise-e-incognita.ghtml>

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/04/maia-desidrata-projeto-de-socorro-aos-estados-mas-ainda-desagrada-guedes.shtml>

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/04/13/plano-de-ajuda-soma-78-do-pib-mas-ainda-gera-duvidas.ghtml>

<https://blogdoibre.fgv.br/posts/o-desafio-da-insercao-de-trabalhadores-informais-em-programa-do-governo>

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/04/governo-e-congresso-reavaliam-acordo-de-socorro-aos-estados.shtml>